autuado por cintiacarrer em 23/01/2026 11:20:00.

PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 1290/2025

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências;

- Lei Federal nº 11.959, de 29/06/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regulando atividades pesqueiras no Brasil, incluindo aspectos de pesca amadora e lazer, e instituindo diretrizes para ordenamento sustentável dos recursos pesqueiros.

Portaria SAP/MAPA nº 616, de 8 de março de 2022, que regulamenta o ordenamento e o monitoramento da atividade de pesca amadora ou esportiva em todo o território nacional;

-Lei Estadual nº 11.165, de 27 de junho de 2002, que institui o Código de Pesca e Aqüicultura do Estado de São Paulo, estabelecendo normas gerais para a atividade pesqueira, inclusive pesca com fins desportivos ou de lazer (pesca amadora), ordenamento, conservação dos recursos pesqueiros e regras para permissões no estado.

- Lei Estadual nº 11.221, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre a pesca em águas superficiais de domínio do Estado, incluindo definição de pesca amadora praticada como lazer ou desporto, e regras de fiscalização e taxas no estado de São Paulo.

- Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 15.967, de 24 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo e dá outras providências — regula gestão de espaços públicos urbanos de lazer, convivência e recreação para a população.

- Lei Municipal nº 16.868, de 15 de fevereiro de 2018, que altera dispositivos da Lei nº 16.212/2015, que trata da gestão participativa das praças do Município de São Paulo.

Matéria DSP 267/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 23/01/2026 e juntado ao PL 1290/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=706243.

autuado por cintiacarrer em 23/01/2026 11:20:00.

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 15.910, de 27 de novembro de 2013, que dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais;

- Lei Municipal nº 15.428, de 26 de agosto de 2011, que cria o Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental da Cidade de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002;

- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, - Plano Diretor Estratégico (PDE);

São Paulo, 23 de janeiro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 267/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 23/01/2026 e juntado ao PL 1290/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=706243.